

07 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

'NOSSO JUDICIÁRIO

É O MAIS

DEMANDADO

DO MUNDO'

Para Dias Toffoli, se toda disputa acaba no Supremo é porque outros meios de resolver conflitos fracassaram

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, não falou dos temas que inflamavam o mirrado mas barulhento grupo de manifestantes do lado de fora do Pavilhão da Bienal, no Parque Ibirapuera, onde ocorreu o Estádio Summit Brasil – O que é o poder?. Nada disse sobre a prisão após sentença em segunda instância, tema cuja votação deve ser retomada hoje no STF. Tampouco explicou sua decisão de suspender investigações de possíveis crimes financeiros que recorram, sem autorização judicial, a dados do antigo Coaf, atual Unidade de Inteligência Financeira (UIF). Ofereceu, porém, uma visão de longo curso sobre o papel que o Judiciário e o STF exerceram na história – um papel que se aprofundou e ampliou com a Constituição de 1988. A seguir, os momentos marcantes da fala de Toffoli.

Poder moderador. “(Tentar compreender) o Supremo Tribunal Federal e o Poder Judiciário como poder moderador, sem contextualizar a história é absolutamente inviável. Nós fazemos mudanças muito rápidas. Veja, exercer o poder no Brasil, na esfera nacional, será fácil? O primeiro imperador abdicou, o segundo foi deposto e morreu

no exílio, o primeiro presidente da República renunciou. (...) Antes da Constituição de 1891, foi instalado, por decreto, em 1890, o Supremo Tribunal Federal. Qual que foi a ideia do STF? Foi, a partir do modelo norte-americano, trazer (para o Brasil) a possibilidade do controle da constitucionalidade, pois ele não existia anteriormente no Supremo Tribunal de Justiça do Império. (O STF) orbitou no modelo francês, com um Judiciário sem poderes de decidir o que é constitucional, e um poder moderador na figura da coroa. (...) Pois bem, quando se cria o Supremo, na República, é para quê? Para ser o mediador dos conflitos da Federação. Só para dar um exemplo de questão federativa (atual), entretanto outros: a guerra fiscal, onde vai parar? No Supremo. Questão relativa a relações entre poderes, à competência (de cada poder)? Quem tem que dar a última palavra é o STF.”

Ministério Público. “Mas, na prática, quem exerceu o poder moderador na República foram as Forças Armadas, que se sobrepuseram ao Judiciário. Em 1964, ao permanecer no poder, as Forças Armadas sofreram desgaste nacional. (...) Pois bem, na Constituinte de 1988,

uma série de direitos foram trazidos para o texto constitucional. Então, colocaram todo tipo de direitos na Constituição, sem colocar as previsões de onde viriam. Nós temos que trazer instrumentos jurídicos para que isso (os ideais da Constituição) se torne uma realidade. Que instrumentos? Em primeiro lugar: um Ministério Público absolutamente autônomo, sem influências do Poder Executivo. O Ministério Público, em geral, em todo mundo, só cuida da esfera penal. Não cuida, por exemplo, de meio ambiente. Não é este ouvidor da sociedade como um todo que nós temos no Brasil hoje. Esse é um fruto da Constituição de 1988.”

Sob os olhos da Nação. “Eu não acordo de manhã, nem meus colegas acordam de manhã e falam: ‘hoje eu quero resolver os problemas X, Y e Z’. Só que esses problemas são colocados no Supremo (...). O Poder Judiciário antes da Constituição de 1988 era um Poder Judiciário meio na estufa. Ele resolvia um caso individual. Resolvia a briga de casal, a pensão, e continua resolvendo (essas questões) hoje.”

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

07 NOV 2019

Com o modelo da Constituição de 1988, os grandes problemas da nação brasileira do ponto de vista político, econômico, social, cultural, de costumes, passaram a ser levados ao Poder Judiciário e ao STF. O Poder Judiciário pós-1988 passa a ser muito mais demandado. Do ponto de vista do estado democrático de direito, é bom que hoje as pessoas saibam que existe o STF, saibam quem são os onze ministros, venham fazer protestos, desde que dentro da legalidade. É bom que faça parte da consciência da Nação a existência do Poder Judiciário.”

Sobrecarga das cortes. “Agora, quando tudo vai parar no Judiciário, isso significa o fracasso de outros meios de resolução de conflito. Criaram-se agências reguladoras, modelo que veio a partir do governo Fernando Henrique e das reformas constitucionais de privatização de 1995. As agências são criadas para regular o mercado dos meios de comunicação, dos transportes, da área da aviação, ferrovias, rodovias etc. Mas decisões nas agências reguladoras (*também são levadas*) para o Judiciário. Então há uma crise de confiança no Judiciário ou uma crise de confiança nas instituições e organizações que precisam resolver os conflitos? Em um país que tem uma Constituição com mais de 300 artigos, com mais de 100 emendas constitucionais, só aumenta o litígio. (...) No ano passado, nós decidimos, colegiadamente, 14 mil processos entre o plenário e as duas turmas. Não há Suprema Corte que julgue tanto. O Judiciário (*brasileiro*) é o mais demandado do mundo. Cada juiz brasileiro decide por ano 1700 processos. Dá uma média de oito processos por dia útil.”

Reforma tributária. “O Judiciário deveria ser usado para a última solução, a última razão a ser chamada. (...) Em matéria tributária, já falei com Paulo Guedes, falei com Rodrigo (*Maia*), falei com Davi (*Alocumbre*) que tem que diminuir o peso da Constituição. Quer fazer uma reforma tributária que funcione? Retire dois, três princípios da Constituição. Com isso, nenhuma reforma tributária vai parar no Supremo. (...) Estamos julgando casos (*em matéria tributária*) de 20, 30 anos. Em maio, nós terminamos de julgar o Plano Real – 25 anos depois, (*julgamos*) se o Plano Real era constitucional ou não.”

As corporações. “Nós não temos uma elite nacional. A burocracia ocupou esse espaço. Infelizmente, os partidos políticos não fazem projetos de Nação. Infelizmente, as universidades não fazem projetos de nação. A sociedade civil faz projetos setoriais, como na área da infância, da saúde, da educação. Quem ocupa esse vazio? As corporações. Por quê? O interesse do sistema financeiro (...) (é) o mesmo do Oiapoque ao Chui. E então tem força, pois é um setor que atua unido. Servidor público municipal, estadual, do Distrito Federal e da União têm o mesmo interesse. Então, eles conseguem ter musculatura. (...) É por isso que o parlamento brasileiro acabou se institucionalizando muito mais em frentes parlamentares que em partidos políticos.”

Nova era. “Mas vivemos um quadro em que estamos conseguindo, pelo diálogo, pela força da sociedade, enfrentar o domínio das corporações. A reforma da Previdência é um exemplo disso. Agora vamos enfrentar a reforma administrativa, a reforma tributária, o pacto federativo. (...) Não estou aqui para deslegitimar corporações ou frentes de atuação parlamentares. Estou dizendo que criar um projeto de nação é muito mais complexo. É preciso ter muito mais diálogo – uma articulação entre diferentes pessoas que pensam diferente. Jair Bolsonaro, Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre, Dias Toffoli, Raquel Dodge até outro dia, hoje Augusto Aras, são pessoas que querem se sentar juntas para, com apoio das instituições de que estão à frente e com a compreensão da sociedade, avançar no desenvolvimento do País.”

07 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Judiciário.

Diante da possibilidade de derrota de prisão após segunda instância em sessão de hoje, 'lavajatistas' passam a apoiar execução de pena depois de condenação no STJ

Alternativa de Toffoli ganha força no Supremo

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Na tentativa de reduzir danos no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que será retomado hoje e pode derrubar a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância, ministros "lavajatistas" da Corte começaram a articular uma última cartada. O presidente do Supremo, Dias Toffoli, defendeu em duas ocasiões recentes uma "solução intermediária" para fixar o Superior Tribunal de Justiça (STJ) como marco para o início da execução de pena. A proposta tem sido vista com bons olhos pelos magistrados. Há, porém, quem aposte que ele pode mudar de ideia e acompanhar o grupo que defende a prisão apenas após o fim de todos os recursos.

Para evitar que Toffoli volte atrás, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, disse ontem que sente "simpatia" pelo "meio-termo" proposto pelo presidente da Corte em dois julgamentos recentes – da última vez, no habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acabou rejeitado. Se adotada, a nova tese seria uma espécie de "terceira instância".

O julgamento que será retomado hoje foi interrompido com um placar provisório de 4 a 3 a favor da prisão após condenação em segunda instância, uma

bandeira da Lava Jato. Ainda faltam votar, porém, quatro ministros – o último a se manifestar será justamente Toffoli, a quem caberá definir o resultado.

O Estado apurou que os ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello vão se posicionar pelo entendimento que prevê a prisão após esgotados todos os recursos, o trânsito em julgado, somando cinco votos a favor dessa tese. A ministra Cármen Lúcia, por sua vez, deve se juntar aos outros quatro votos que permitem a execução antecipada da pena já na segunda instância. Diante de um esperado 5 a 5, caberá a Toffoli o voto de minerva para desempatar.

"A tese que, ao invés da segunda instância, transferiria para a terceira instância (a execução da pena) se aproxima da tese que tenho sustentado", disse Fachin. "Ela admite que não é necessário o trânsito em julgado. Vejo com simpatia."

Favorável à prisão após condenação em segunda instância, Fachin integra a ala pró-Lava Jato do Supremo, que, em conversas reservadas, dá como certa a derrota no julgamento. "Independente do resultado do julgamento que se avizinha, ninguém sairá, ainda que se altere a jurisprudência, declarado inócete. Estamos apenas decidindo qual é o marco inicial do cumprimento da pena, quando confirmada a sentença em segundo grau", acrescentou o ministro.

Para Fachin, se a atual jurisprudência do Supremo for mesmo revista, isso não significará que as portas da prisão serão abertas automaticamente para todos os réus. Até agora, todas as atenções estão voltadas para a possibilidade de soltura de Lula, preso desde abril do ano passado. Dados do Conselho Nacional de Justiça indicam que o julgamento das ações ajuizadas pelo Conselho Federal da OAB, PC do B e Patriota pode beneficiar 4.895 presos de todo o País, entre eles o petista, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá.

Milagre. Outros ministros do Supremo que já votaram a favor da segunda instância também avaliam agora abraçar a "solução intermediária" aventada por Toffoli. O ministro Luís Roberto Barroso, por exemplo, discutiu essa possibilidade, mas destacou que o marco temporal para a execução da pena deveria ser uma primeira decisão do STJ. "Eu acredito em milagre", afirmou ontem Barroso, ao ser indagado pelo Estado sobre o desfecho da discussão. Se o Supremo decidir nesse sentido, Lula pode não ser beneficiado pela decisão do plenário, uma vez que já foi condenado no caso do triplex do Guarujá pela Quinta Turma do STJ, conhecida como "câmara de gás" por suas decisões duras.

CONTINUA

07 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Em outubro, Toffoli disse que muitas vezes o voto dado na condição de presidente do STF não é o mesmo "em razão da responsabilidade da cadeira presidencial". Ele também apresentou ao Congresso uma proposta para evitar a prescrição de casos, o que seria um "antídoto" ao novo entendimento que o tribunal poderá formar.

Advogados de Lula se preparam para eventual soltura

● Advogados próximos ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com trânsito no STF apostam que o julgamento termina ainda hoje com uma decisão contrária à prisão em segunda instância. Por isso, lideranças políticas e sociais ligadas ao PT já discutem uma agenda política para Lula ainda neste ano. Os defensores devem acompanhar o julgamento em Curitiba, onde o petista cumpre pena por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá. Se a decisão for favorável, eles já estão preparados para entrar com a documentação na Vara de Execuções Penais de Curitiba para garantir a soltura. O ex-presidente já avisou que pretende rodar o País caso seja solto e orientou o partido a viabilizar o maior número de candidaturas a prefeito em 2020 para fazer a defesa do PT e do próprio Lula. / RICARDO GALHARDO

PLACAR

VOTO ANTERIOR

F A FAVOR C CONTRA

4 A FAVOR 3 CONTRA

C

24/10

A FAVOR CONTRA



Rosa Weber

“Esta é a escolha político-civilizatória estabelecida pelo Constituinte. Não reconhecê-la é reescrevê-la para que espelhe o que gostaríamos que dissesse”

QUEM INDICOU O MINISTRO PARA O SUPREMO



Dilma

2011-2016

F



Luiz Fux

A FAVOR CONTRA

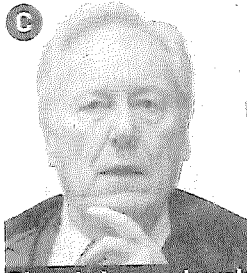
“Por que nós vamos mudar agora a jurisprudência? Qual vai ser o benefício? O direito vive para o homem, e não o homem para o direito”



Dilma

2011-2016

C



Ricardo Lewandowski

A FAVOR CONTRA

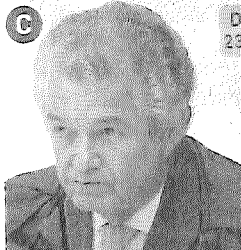
“A presunção de inocência talvez represente a mais importante das salvaguardas do cidadão, considerado o congestionadíssimo sistema judiciário brasileiro”



Lula

2007-2010

C



Marco Aurélio Mello

DIA 23/10

A FAVOR CONTRA

“A culpa é pressuposto da sanção, e a constatação ocorre apenas com a preclusão maior. O dispositivo não abre campo a controvérsias semânticas”



Collor

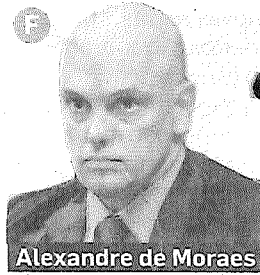
1990-1992

CONTINUA

07 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



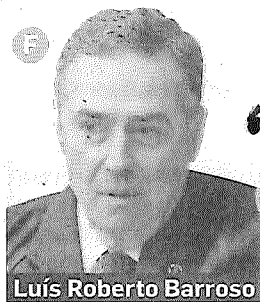
A FAVOR CONTRA

“A decisão de segundo grau é fundamentada, analisa de forma muito mais ampla a materialidade e a autoria (do crime) do que aquela decisão lá atrás, de primeiro grau”



A FAVOR CONTRA

“É inviável sustentar que toda e qualquer prisão só pode ter o cumprimento iniciado quando o último recurso da última Corte constitucional seja analisado”



A FAVOR CONTRA

“Esse debate não tem nada a ver com a opinião pública. Jurisprudência é um valor intrínseco em si. Precedente existe para ser respeitado”



Quem falta votar



*Defendeu a possibilidade de a prisão ser determinada após decisão do STJ, como uma 3ª instância.

07 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Casos criminais são maioria em plenário do STF

Das decisões colegiadas do Supremo em 2017, 56,5% foram sobre matéria penal, segundo estudo da FGV; alta começou em 2007

● Números

31.476

é o número de casos em tramitação atualmente no Supremo Tribunal Federal

5.581

é o total de casos de classes criminais no acervo do Supremo atualmente

56,5%

é o percentual de casos analisados pelo plenário do Supremo sobre matérias penais

*Tiago Dantas
Túlio Kruse*

Prestes a retomar o julgamento da prisão após condenação em segunda instância, o Supremo Tribunal Federal (STF) está abrindo cada vez mais espaço em sua pauta para questões criminais. Quando se levam em conta apenas casos levados ao plenário e às duas turmas, mais da metade das decisões conjuntas dos ministros são em matéria penal, como habeas corpus.

Na prática, isso faz com que a mais alta Corte do País se dedique a questões individuais, que não geram repercussão para outros casos, enquanto juristas defendem que o colegiado deveria se ocupar mais das matérias constitucionais, cujo impacto atinge a todos.

Apartir de 2007, os julgamentos de assuntos criminais no Supremo crescem em velocidade maior que outros tipos de processos. O aumento é mais acentuado entre 2016 e 2017, segundo a pesquisa “A realidade do Supremo Criminal”, divulgada no início do ano. Realizado pelo grupo Supremo em Números da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o estudo analisou a atuação da Corte neste tipo de caso desde 1988 e concluiu que, em 2017, 56,5% de todas as decisões

colegiadas foram de matérias penais. Na série histórica, foi a primeira vez que mais da metade dos julgamentos colegiados avaliaram matérias penais. Embora não tenham incluído as sessões dos dois últimos anos no levantamento, os pesquisadores notaram uma tendência de alta.

O estudo da FGV levanta algumas hipóteses para explicar o crescimento da proporção de casos criminais no Supremo. A adoção das sessões virtuais, em que não há debate, restringiu ao plenário as pautas mais importantes. Além disso, nos últimos anos, a operação Lava Jato começou a ser mais presente no Supremo, a partir da análise de casos que envolvem políticos com foro privilegiado.

Nem todas as ações que chegam ao Supremo, porém, são resolvidas em plenário. Além das sessões virtuais, os ministros podem tomar decisões monocráticas. Analisando-se todo o acervo de 31.476 casos que estão atualmente na Corte, a proporção de assuntos ligados a matérias criminais é menor: são cerca de 18%, ou 5.581 ações, de acordo com dados do próprio STF atualizados ontem. Dentro da classe criminal, 75% dos casos são habeas corpus.

“No ‘Supremo Criminal’, a tendência é de uma certa privatização de suas atividades”, afirma o estudo da FGV. Como consequência, a Corte fixa poucas teses em matérias criminais. Há dois anos, dos 44 casos escolhidos pelos ministros para, eventualmente, servirem de entendimento para todas as ações daquele tipo, a chamada repercussão geral, apenas três eram de matéria penal.

Outra constatação do estudo da FGV é que quase metade das decisões de matéria criminal no Supremo é justificada com citações à lei (46,8%), sem questionar se a legislação é ou não constitucional. “O Supremo trabalha predominantemente com a legislação ordinária e, neste aspecto, pode-se dizer que atrai para si a competência do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e a duplica”, conclui o estudo.

Para o professor Cláudio Langroiva, da Pontifícia Universidade Católica (PUC), a Constituição faz com que o STF julgue mais matérias da Justiça comum do que outras cortes superiores no mundo, que se dedicam exclusivamente a questões constitucionais.

CONTINUA

07 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“O STF acaba perdendo a sua natureza constitucional, passando a ser um tribunal de natureza regular ou ordinária, o que desconfigura a sua principal função, que é de guarda da Constituição.”

Já o professor Gustavo Badaró, da Universidade de São Paulo (USP), lembra que, mesmo sob vigor de Constituições anteriores, o Supremo nunca foi exclusivamente uma Corte constitucional. Segundo ele, muitos casos chegam ao Supremo porque instâncias inferiores desrespeitam decisões da Corte. Para resolver o problema, seria necessária uma mudança de cultura no Judiciário. “É um problema sistêmico”, disse.

07 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

MINISTRO CRITICA USO DE 'VOCÊ'

Marco Aurélio chama a atenção de advogados

Rafael Moraes Moura
BRASÍLIA

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a contribuição para o INSS durante a licença-maternidade ontem foi marcado pelas críticas do ministro Marco Aurélio Mello a advogados que se dirigiram aos integrantes da Corte usando o pronome pessoal de tratamento "você".

"Eu falo de coração aberto, ministro Barroso, eu receio que, em toda a minha vida profissional, o pedido de justiça que estou fazendo aqui para vocês, excelências...", disse o advogado Renato Guilherme Machado Nunes, que fazia a sustentação oral da tribuna, dirigindo-se ao relator do caso, o ministro Luís Roberto Barroso.

"Para vocês", interrompeu Marco Aurélio. O advogado se corrigiu: "Vossas Excelências". O ministro então observou que se referia ao "tratamento que Vossa Excelência se dirigiu ao plenário". "Ah, me perdoem, Vossas Excelências. Me perdoem. Aliás, outro dia, fui chamado a atenção também no TRF (Tribunal Regional Federal) lá de São Paulo. Me perdoe", desculpou-se Machado Nunes.

Um dos mais antigos ministros da Corte, integrante da ala "garantista", Marco Aurélio voltou a corrigir, no mesmo julgamento, o uso de "vocês" feito da tribuna do Supremo. "Inclusive queria confessar aqui para vocês que nessa causa se discute a ausência de

cumprimento...", afirmou Daniela Lima de Andrade Borges, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

"Presidente, novamente advogado se dirige aos integrantes do tribunal como vocês. Há de se observar a liturgia!", disse Marco Aurélio. Eu peço escusas", respondeu Daniela. "E é uma doutora, professora", rebateu o ministro. A advogada então replicou: "Peço desculpas a Vossa Excelência. Talvez pelo nervosismo. O senhor, Vossa Excelência, tem toda a razão. Peço desculpas. É o que posso fazer no momento."

Cerimonial. No mês passado, Marco Aurélio enviou ofício ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) criticando "a quebra de liturgia" por ocasião de um convite para solenidade de homenagem ao ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). "Integrante de cerimonial não se dirige diretamente a ministro do Supremo", escreveu.

07 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Avança PEC que torna feminicídio imprescritível

Projeto também inclui esse tipo de homicídio, além do estupro, no rol de crimes que não prescrevem

O Senado aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 75/2019, que modifica o Artigo 5.º da Constituição para determinar que o feminicídio seja inafiançável e possa ser julgado em qualquer prazo, independentemente da data em que foi cometido. Além disso, a PEC também inclui o estupro no rol de crimes imprescritíveis e inafiançáveis. A medida já é

válida para crimes de racismo.

A aprovação foi unânime, com 58 votos favoráveis em primeiro turno e 60 votos favoráveis em segundo turno, quando o quórum foi ligeiramente maior. Por ter sido originada no Senado, a PEC agora ainda segue para análise da Câmara dos Deputados.

Cometido contra mulheres, o feminicídio é motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero. Atualmente, o tempo de prescrição para esse tipo de crime varia de acordo com o tempo da pena, que é diferente em cada caso.

A proposta, de autoria da senadora Rose de Freitas (Pode-

mos-ES), recebeu parecer favorável do relator, Alessandro Vieira (Cidadania-SE). “É urgente. As mulheres continuam sendo vitimadas e, ao colocar na Constituição que o feminicídio será crime imprescritível, estamos garantindo o recado para o agressor. Este crime não será esquecido, a vítima não será abandonada e o Estado brasileiro tomará as providências adequadas”, disse Vieira.

Kátia Abreu (MDB-TO) destacou o caráter inafiançável do crime. “Pegam a fragilidade física das mulheres e fazem com que sejam espancadas até a morte. Não vai adiantar arrumar dinheiro com parente rico para o assassino sair da cadeia. O feminicídio será crime inafiançável. Não adianta a Justiça demorar para julgar, porque esse crime não vai vencer.”

AGÊNCIA BRASIL

O ESTADO DE S. PAULO

VERISSIMO

07 NOV 2019

Promiscuidade

No mesmo condomínio da Barra, no Rio, onde mora o presidente da República, quando não está em Brasília, mora um filho do presidente, mora um dos suspeitos de ter matado a Marielle (preso, no momento), mora o dono até agora não identificado da casa onde encontraram todas aquelas armas, moram os três porquinhos pobres e o lobo mau, que compreensivelmente não se falam quando se cruzam na área social do condomínio, moram Cinderela e suas irmãs invejosas, que também não podem se enxergar, e uma lista de condôminos inimagináveis que só agora começa a ser conhecida. A lista é enorme e cheia de surpresas.

No estranho condomínio, Batman e o Coringa são quase vizinhos. Quem se espanta com a presença do suposto assassino da Marielle morando tão perto de um presidente da República vai se espantar ainda mais

com a revelação de que as armas – sobre as quais nunca mais se ouviu falar – tinham chegado para a milícia da zona, via Sedex, e recebidas pelo porteiro do condomínio. Mais tarde o porteiro diria que vira o tamanho dos pacotes e as pontas de ferro aparecendo e concluiu que eram patinetes.

Lá estão Zorro e o Capitão Garcia, lá estão Eliot Ness e Al Capone, lá estão Tom e Jerry morando na mesma casa, mas em eterna briga pelo uso da piscina. Lá estão desafetos históricos vivendo numa promiscuidade improvável da qual ninguém tinha ideia. Sherlock Holmes e o dr. Moriarty!

A intervalos, há trégua entre os vizinhos para tentar diminuir a tensão causada pela promiscuidade insana. Os Montecchios e os Capuletos, que ocupam lados opostos do condomínio e vivem em constantes choques dos quais nunca ficamos sabendo, unem-se para fazer uma macarronada comunitária. A ideia original era fazer um churrasco, mas os espetos acabariam fatalmente transformados em espadas. O banho de sangue seria inevitável.

07 NOV 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro lança em Foz o 1º Centro Integrado de Fronteira

Representantes dos ministérios da Justiça de vários países discutiram ontem sobre a cooperação internacional no Centro Integrado de Operações de Fronteira em Foz do Iguaçu. O ministro da Justiça, Sergio Moro, participou da reunião e explicou que o centro tem como modelo o "Fusion Center", estrutura utilizada nos EUA.

Foz sediará 1º Centro Integrado de Fronteira

Órgão combaterá principalmente o tráfico de armas e drogas

Representantes dos ministérios da Justiça e de Segurança de vários países discutiram ontem sobre a cooperação internacional e ações que poderão ser feitas após a inauguração, em dezembro, do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF) em Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná. O ministro da Justiça, Sergio Moro, participou da reunião e explicou que o centro tem como modelo o "Fusion Center", estrutura do governo norte-americano que integra forças de segurança de diversos níveis.

De acordo com o coordenador-geral de combate ao crime organizado do Ministério da Justiça e Segurança, Wagner Mesquita de Oliveira, para o funcionamento efetivo do projeto o centro terá de começar buscando a cobertura integral na comunicação da fronteira. "Nós somos muito carentes em relação a tecnologia e equipamentos. Hoje em dia, nem os rádios das instituições que operam aqui na fronteira falam entre si, são sistemas diferentes", explicou.

Segundo o ministério, o centro vai atuar principalmente no combate ao tráfico de armas e drogas. As equipes também monitorarão movimentações financeiras ilegais, que podem financiar o terrorismo em várias partes do mundo. O centro funcionará no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), na Itaipu Binacional. Segundo a usina, além de estar localizada em área de fronteira, é considerada uma infraestrutura estratégica tanto pelo Brasil como pelo Paraguai. ●

07 NOV 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Nova eleição para conselheiros tutelares será domingo

Será no próximo domingo (10/11) a nova eleição para conselheiros tutelares de Curitiba. Organizado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba (Comtiba), o pleito ocorrerá nas regionais Bairro Novo, Boqueirão, Cajuru, Pinheirinho, Santa Felicidade e Tatuquara, das 8h às 17h.

A eleição será realizada novamente nesses locais em função do registro de troca de fotos de candidatos nas urnas fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), durante a eleição ocorrida em 6 de outubro. Nas regionais Boa Vista, CIC, Matriz e Portão a eleição foi validada.

Os conselheiros eleitos trabalharão nas regionais da cidade para defender e garantir os direitos de crianças e adolescentes que sofrem violações, entre elas negligência e violências física, emocional e sexual. ■

METRO 07 NOV 2019

Prisão em 2ª instância deve ter rodada final

STF. Corte retoma hoje a sessão que vai definir se condenados podem ser presos ou não antes do fim dos recursos. Voto decisivo pode cair nas mãos de Toffoli, que tem solução intermediária

O STF (Supremo Tribunal Federal) marcou para hoje a retomada da sessão que discute a possibilidade de prisão ou não após condenação em segunda instância, mas poderá concluir o julgamento com uma nova solução, considerada intermediária.

O debate foi interrompido há duas semanas com três votos contra a prisão de condenados antes de esgotados os recursos nos tribunais superiores e quatro a favor.

Restam os votos de quatro ministros e existe chance de que o resultado fique em 5 a

5, cabendo ao presidente Dias Toffoli dar o voto decisivo do julgamento (leia mais abaixo).

E ele tem sofrido pressões. Criticado por ter ficado calado no ataque que o STF sofreu no vídeo do “leão e das hienas”, Toffoli foi depois alvo de manifestantes que pediram que ele vote pela manutenção da prisão em segunda instância e recebeu carta assinada por mais da metade do Senado fazendo o mesmo pedido.

Nas últimas vezes que o STF discutiu o tema, Toffoli votou uma vez a favor da prisão e três vezes contra. Hoje, é

possível que o presidente traga uma nova tese: de que a prisão só seja autorizada após condenação no STJ (Superior Tribunal de Justiça), na terceira instância.

Preso por corrupção no caso do triplex do Guarujá (SP) após a sua condenação em segunda instância, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não seria beneficiado se a proposta intermediária triunfar, já que foi condenado também pelo STJ.

A nova solução foi defendida pelo ministro Edson Fachin, que votou a favor da

prisão em segunda instância (jurisprudência atual), mas disse ontem que não acredita que uma mudança no entendimento do STF provocará “efeito catastrófico”.

“A tese que, ao invés da segunda instância, transferiria para a terceira instância, se aproxima da tese que tenho sustentado. Ela admite que não é necessário o trânsito em julgado. Veja (com simpatia)”, disse Fachin a jornalistas, antes de participar da sessão desta tarde.

● METRO

Suspeito de atirar contra policiais vai a júri popular

O suspeito de atirar contra policiais rodoviários federais em São Luiz do Purunã, no município de Balsa Nova, vai a júri popular. O Tribunal do Júri será no auditório da sede Ahú da Justiça Federal em Curitiba, no dia 12, a partir das 9h, e será presidido pela juíza substituta Gabriela Hardt. O homem é suspeito de tentar matar os dois policiais durante uma tentativa de abordagem a um carro com placas de Belo Horizonte (MG), em 2018. Ele estava com outras três pessoas no veículo e o quarteto teria tentado fugir de uma abordagem policial. Os outros três respondem na justiça estadual.

07 NOV 2019

FOLHA DE S. PAULO

STF prepara decisão sobre 2ª instância, e Fachin já busca minimizar impacto

Relator da Lava Jato na corte nega 'efeito catastrófico' com possível mudança em jurisprudência; sessão será retomada nesta quinta (7)

Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA O julgamento que dirá se a prisão de condenados em segunda instância é constitucional entra na reta final nesta quinta-feira (7) com o STF (Supremo Tribunal Federal) dividido, e ministros dos dois lados do debate buscam atenuar a repercussão de uma possível mudança na jurisprudência vigente.

Se a corte decidir que, para prender um condenado, é preciso esperar o trânsito em julgado (o fim de todos os recursos nos tribunais superiores), revertendo o entendimento que desde 2016 permite a prisão em segunda instância, cerca de 5.000 réus podem ser beneficiados, segundo dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

O mais célebre deles é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), preso em Curitiba desde abril de 2018 pelo caso do triplex de Guarujá (SP).

O julgamento do tema começou em 17 de outubro e já ocupou quatro sessões plenárias. O placar está em 4 votos a favor da prisão em segundo grau (Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux) e 3 contra (Marco Aurélio, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski).

Entre os 4 ministros que faltam votar, 3 (Gilmar Mendes, Celso de Mello e Dias Toffoli) têm sido contrários à jurisprudência atual. Assim, a tendência é de a corte formar maioria (6 votos) para mudar o entendimento.

Relator dos processos da Lava Jato no Supremo, o ministro Edson Fachin, que é favorável à prisão logo após condenação em segundo grau, minimizou nesta quarta-feira (6) os possíveis impactos de uma mudança na regra.

Para Fachin, os juízes responsáveis pela execução penal poderão decretar a prisão preventiva dos réus, mitigando os efeitos da decisão do Supremo.

“Eventual alteração do marco temporal para execução provisória da pena não significa que, em lugar da execução provisória, quando for o caso, não seja decretada prisão preventiva, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Então, não vejo esse efeito catastrófico que se indica”, afirmou.

O referido artigo diz que “a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da

existência do crime e indício suficiente de autoria”.

A prisão preventiva pode ser determinada a qualquer momento da investigação ou do processo penal, inclusive antes de condenação. “[Um aumento das preventivas] poderá acontecer”, disse Fachin ao ser indagado por jornalistas.

Nos últimos dez anos, o plenário do STF discutiu ao menos cinco vezes qual deve ser o momento de executar a pena de um condenado. Na maioria delas, o debate foi atrelado a um caso concreto, como quando os ministros negaram um habeas corpus pedido pelo ex-presidente Lula.

Agora, o Supremo julga três ações que abordam o tema de forma abstrata, sem ligação com casos concretos —embora a sombra de Lula permaneça sobre o tribunal.

“Ninguém sairá desse julgamento, ainda que se altere a jurisprudência, declarado inocente. Nós apenas estamos decidindo qual é o marco inicial do cumprimento da pena quando confirmada a sentença em segundo grau”, enfatizou Fachin nesta quarta.

Presidente do Supremo, o ministro Dias Toffoli fez movimentos políticos nos últimos dias a fim de construir um ambiente menos hostil a uma possível mudança na jurisprudência.

CONTINUA

No dia 28, Toffoli enviou aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), sugestão para alterar o Código Penal e evitar que processos penais prescrevam quando houver recurso para as instâncias superiores.

Pela proposta, elogiada por Maia, os prazos de prescrição deverão parar de correr quando um condenado apresentar recurso ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), que é considerado uma terceira instância, e ao Supremo.

Toffoli também indicou que vai pautar a análise de um processo que definirá se condenados pelo Tribunal do Júri podem recorrer da decisão em liberdade ou se já devem ser presos após o veredito.

O Tribunal do Júri julga crimes como homicídios. A intenção é dar uma resposta a setores da sociedade que dizem temer que assassinos demorem a ser presos.

Toffoli está sob constante pressão. Na terça-feira (5), um grupo de 12 parlamentares marcou uma audiência para entregar a ele uma carta, assinada por 43 dos 81 senadores, pedindo para o tribunal manter a prisão em segunda instância.

Representantes da Frente Parlamentar de Segurança da Câmara previam entregar ao ministro, na noite desta quarta, um manifesto assinado por 75 deputados favoráveis à manutenção da jurisprudência atual.

Pela manhã, um panfleto assinado por "cristãos que oram pelo Brasil" foi distribuído nas imediações do Supremo com o texto "Cuidado com os juízos de Deus! Apelo ao STF para que tome a decisão correta, levando em conta mais a angústia do povo brasileiro e menos a letra fria da Constituição."

O voto de Toffoli é o mais esperado. Como presidente da corte, ele é o último a votar. O placar deve chegar a Toffoli empatado em 5 a 5, podendo caber a ele a definição do resultado final.

Em ocasiões anteriores, o ministro buscou uma saída intermediária: permitir a execução da pena após condenação no STJ. Se essa tese prevalecer, o ex-presidente Lula não seria beneficiado, pois sua condenação já foi mantida no STJ.

Na iminência de ser derrotado, o grupo favorável à prisão em segunda instância sinaliza, nos bastidores, que pode aderir a essa proposta.

Aos jornalistas Fachin vocalizou essa possibilidade, a qual disse ver "com simpatia". "A tese que, em vez da segunda instância, transferiria para a terceira instância [o STJ], ela se aproxima, do ponto de vista das ideias, da tese que eu tenho sustentado e os outros ministros também. Ou seja, ela admite que não é necessário o trânsito em julgado [para prender]", afirmou.

As idas e vindas do STF sobre prisão após condenação em 2ª instância

O que está em jogo no julgamento desta quinta-feira (7)

O que está em debate?

O Supremo discute se uma pessoa condenada em 2ª instância deve já começar a cumprir pena ou se é necessário aguardar até que se esgotem as possibilidades de recurso (o trânsito em julgado)

Qual a jurisprudência atual?

Desde 2016, o Supremo entende que uma pessoa condenada em 2ª instância já pode começar a cumprir pena

Há como prever o resultado final?

Dos 4 ministros que faltam votar, 3 (Gilmar Mendes, Celso de Mello e Dias Toffoli) têm sido contra a prisão de condenados em segunda instância. Especula-se que a corte deve ter maioria (6 votos) para mudar a jurisprudência vigente

Quantas pessoas serão soltas se o STF mudar seu entendimento?

Segundo o CNJ, 4.895 pessoas podem ser impactadas pela decisão, pois foram presas após terem sido condenadas em 2ª instância

CONTINUA

07 NOV 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Como votaram os ministros*






Toffoli, Gilmar e Rosa já mudaram os entendimentos







X Contra a execução da pena em 2ª instância

✓ A favor

— Não votou/não integrava corte

? Ainda não votou nesta sessão

	fev. 09	fev. 16	out. 16	nov. 16	abr. 18	out. 19
 Marco Aurélio	X	X	X	X	X	X
 Celso de Mello	X	X	X	X	X	?
 Ricardo Lewandowski	X	X	X	X	X	X
 Cármem Lúcia	✓	✓	✓	✓	✓	?
 Luiz Fux	—	✓	✓	✓	✓	✓

 Luís Roberto Barroso	—	✓	✓	✓	✓	✓
 Edson Fachin	—	✓	✓	✓	✓	✓
 Alexandre de Moraes	—	—	—	—	✓	✓
 Dias Toffoli	—	✓	X	X	X	?
 Gilmar Mendes	X	✓	✓	✓	X	?
 Rosa Weber	—	X	X	—	✓	X

*Tribunal já teve diferentes composições.
Tabela considera formação atual Fonte: STF

07 NOV 2019

FOLHA DE S. PAULO

Celso de Mello receberá prêmio de liberdade de imprensa da ANJ

SÃO PAULO O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, será homenageado pela Associação Nacional de Jornais com o Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa.

A honraria, segundo a entidade, se deve ao papel do decano do STF na defesa da democracia e do jornalismo independente.

Em abril deste ano, por exemplo, o magistrado anulou decisões da Justiça do Paraná que determinaram que a rádio Jovem Pan remove-se de seu site vídeo em que o comentarista Marco Antonio Villa falava sobre salários dos ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Em setembro, ele disse à co-

lunista Mônica Bergamo, da Folha, considerar inaceitável a tentativa do prefeito Marcelo Crivella, de censurar história em quadrinhos com um beijo gay. O caso ocorreu na Bienal do Livro do Rio de Janeiro.

O prêmio será entregue na segunda-feira (11), em evento no Rio em meio à Conferência Digital Media LATAM, da Associação Mundial de Editores de Notícias (WAN-IFRA, na sigla em inglês).

Celso de Mello está no Supremo desde 1989 e deve se aposentar no fim de 2020.

No evento também haverá homenagem aos jornalistas Ricardo Boechat (Band) e Clóvis Rossi (Folha), que morreram em 2019.

PGR diz ao STF que Bolsonaro pode bloquear seguidores em rede social

BRASÍLIA Em parecer enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta terça (5), a PGR (Procuradoria-Geral da República) considerou que Jair Bolsonaro está liberado para bloquear contas de usuários no Twitter.

A discussão chegou ao Supremo por meio de mandado de segurança da deputada Natália Bonavides (PT-RN), que relatou qter sido bloqueada por Bolsonaro no Twitter em 25 de agosto, quando teve uma discussão com ele por meio da rede social.

Para a deputada, ela não pode ser privada do acesso às publicações, uma vez que uma de suas funções é fiscalizar ações do Executivo e Bol-

sonaro usa o Twitter para divulgar atos do poder público.

O mandado de segurança está sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, que determinou à PGR que se manifestasse. O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou no parecer que a conta de Twitter de Bolsonaro é pessoal e que as publicações "não têm caráter oficial e não constituem direitos ou obrigações da Administração Pública".

Discussão semelhante ocorreu nos EUA, em julho, quando um tribunal decidiu que o presidente Donald Trump estava violado a Constituição americana ao bloquear usuários.

07 NOV 2019

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

SIGILO QUEBRADO

A OAB entrará com um pedido para que o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) investigue procuradores da Operação Lava Jato por terem interceptado conversas de advogados com Lula, usando o conteúdo delas para traçar a sua própria estratégia de atuação processual contra o ex-presidente.

CONSELHO Nesta semana, a **Folha** e o The Intercept Brasil revelaram que conversas de Lula com o advogado Roberto Teixeira foram grampeadas em 2016. Nelas, o defensor sugeria que o petista acionasse aliados para conversar com Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal). Ela analisaria o pedido dele para suspender as investigações.

RECADO As mensagens obtidas pelo site mostram que Deltan Dallagnol e outros procuradores debateram o assunto intensamente e enviaram o conteúdo das conversas ao então juiz Sergio Moro. Depois disso, procuraram Rosa Weber.

PLANO “O grampo ilegal, que violava o sigilo entre advogado e cliente, foi utilizado para planejar as estratégias jurídicas da Lava Jato”, diz o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz.

OUTRO ASSUNTO Moro e os procuradores afirmam que não discutiram o tema com a ministra.

PAINEL

DO LIMÃO.. Ministros do STF querem aproveitar o debate suscitado pelo julgamento da prisão em segunda instância para estimular análises e propostas de aprimoramento do sistema processual.

...UMA LIMONADA A ideia é pregar que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público trabalhem juntos para propor medidas de modernização do sistema, além de um mutirão permanente para diminuir o número de presos provisórios, os que estão na cadeia sem qualquer veredito.

LUZ NO TÚNEL Senadores que apoiam a prisão após condenação em segunda instância saíram animados de encontro com Dias Toffoli, presidente do STF, na terça (5). Ele sinalizou que não vê o trecho que trata da presunção de inocência como cláusula pétreia.

LUZ NO TÚNEL 2 Tal entendimento não é pacífico nem no STF nem entre juristas, mas os parlamentares concluíram ter recebido um aceno: o de que há espaço para desfazer um possível revés no tribunal alterando o texto legal.

MANDA PARA CÁ O TCU solicitou ao Supremo cópias do diálogo em que o procurador de contas, Júlio Marcelo, sugere à Lava Jato investigar integrantes da corte. Os ministros, em sessão reservada, decidiram ainda fazer uma representação contra Marcelo ao Ministério Público de Contas.

VAI TER LUTA Júlio Marcelo não assiste inerte à ofensiva. Ele protocolou pedido para anular a sessão do TCU, dizendo que ela foi chamada de maneira informal, sem registro. O clima não é favorável a ele. A representação foi aprovada por unanimidade entre os ministros que estavam presentes.

07 NOV 2019



57 ANOS DE CANA

Emerson foi condenado pelo assassinato da ex-mulher, as duas filhas gêmeas de 6 anos e o namorado da ex

Giselle Ulbrich
giselleu@tribunadoparana.com.br

Emerson dos Santos Simplicio, 47 anos, foi condenado a 57 anos de prisão, na semana passada, por matar a ex-mulher, as duas filhas gêmeas de seis anos e o namorado da sua ex. O crime ocorreu no dia 15 de março de 2016, na Rua Jerônimo Mendes dos Santos, bairro Maria Antonieta, em Pinhais. Ele só foi preso três anos depois em Foz do Iguaçu.

Emerson foi levado a júri popular no dia 31 de outubro. O Ministério Público do Paraná (MP-PR) atuou na acusação, representado pela 3ª Promotoria de Justiça de Pinhais, sustentando a tese de homicídio qualificado (meio

cruel, mediante recurso que dificultou a defesa das vítimas e feminicídio, no caso da mulher e das crianças) acolhida na íntegra pelos jurados.

O condenado, que matou as quatro pessoas por não se conformar com o fim do relacionamento, encontra-se preso preventivamente desde 26 de fevereiro do ano passado, quando foi localizado pela polícia.

Relembro crime

A polícia falou à época que Emerson matou Lindalva Santos, 47, por não se conformar com o fim do relacionamento. Então Lindalva arranhou outro namorado e foi morar com ele, Paulo Roberto Rodrigues, 54 anos. Junto ela levou as filhas gêmeas de seis anos que

tinha com Emerson, Camile e Nicole Santos.

O assassino entrou na casa da família e matou todos com golpes de enxada na cabeça. O corpo de Paulo estava na residência dos fundos e o de Lindalva, na casa da frente. As duas meninas estavam enroladas em um lençol, no mesmo cômodo que a mãe. Os corpos foram encontrados um dia depois pelos patrões de Lindalva, que desconfiaram quando ela não apareceu pra trabalhar.

07 NOV 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juristas desmentem falsidades sobre julgamento da segunda instância no STF

Ao reconhecer abuso processual por parte dos beneficiários de uma procuração falsa que lhes permitiu explorar uma fazenda durante quase 40 anos, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça estabeleceu indenização por danos morais e materiais em favor dos herdeiros e legítimos proprietários do imóvel, localizado em Mato Grosso do Sul. Segundo o STJ, manobras judiciais impediram os verdadeiros donos da fazenda de usufruir da área.

07 NOV 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Guarda prende 94 homens por violação de medida protetiva

A Guarda Municipal já prendeu 94 homens suspeitos de agressão por violação de medida protetiva contra a mulher. Os casos foram contabilizados desde o início do ano.

Concedido pelo Poder Judiciário, o mecanismo legal protege a mulher vítima de agressão e tem o objetivo de impedir que o agressor se aproxime dela. Em caso de desobediência à medida, o indivíduo é preso.

O trabalho de acompanhamento das mulheres vítimas de crime, com visitas periódicas e orientação a elas, é desenvolvido por equipes da Patrulha Maria da Penha com quem recebe a medida protetiva.

“Já as situações de emergência são atendidas pela viatura mais próxima, deslocada imediatamente após o acionamento via telefone 153, pelo Centro de Operações da Guarda Municipal”, explica o superintendente da Guarda Municipal, Carlos Celso dos Santos Junior.

07 NOV 2019

BEM PARANÁ

TCE aprova contas de Richa e Cida, mas aponta 'rombo'

Principal problema é a previdência, que teve déficit de R\$ 5 bilhões em 2018

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR) aprovou ontem parecer pela aprovação das contas de 2018 do governo do Estado sob responsabilidade dos ex-governadores Beto Richa (PSDB) e Cida Borghetti (PP), com 23 ressalvas. O relatório do conselheiro Artagão de Mattos Leão aponta como principal problema o déficit no Paraná Previdência – fundo de aposentadoria e pensão dos servidores públicos estaduais – que chegou a R\$ 5 bilhões no ano passado.

Mattos Leão apresentou parecer pela aprovação com 13 ressalvas com determinação, 10 ressalvas e 11 recomendações recebeu os votos favoráveis dos conselheiros Ivan Bonilha, Durval Amaral e Fábio Camargo. Votaram contra os conselheiros Ivens Linhares e Fernando Guimarães. O documento agora será encaminhado, na sequência, à Assembleia Legislativa a quem cabe o julgamento das contas do governo.

O relatório abrange as gestões de Richa (1º de janeiro a 5 de abril) e Cida Borghetti (6 de abril a 31 de dezembro de 2018). As falhas na gestão previdenciária levaram o conselheiro Linhares a propor voto pela rejeição, com aplicação de multa dos dois. Já o conselheiro Guimarães propôs a des-



Richa e Cida: dois votos pela rejeição das contas

provação das contas referentes à gestão da ex-governadora. Ela foi a responsável pelo envio de projeto de lei à Assembleia, alterando a fórmula de cálculo das contribuições previdenciárias do funcionalismo.

Cenário – De acordo com o parecer, o fundo financeiro do Paraná Previdência – responsável pelo pagamento das atuais aposentadorias – teve déficit de R\$ 3,19 bilhões; o fundo militar – que paga benefícios aos policiais militares e seus dependentes – de R\$ 1,34 bilhão. Já o fundo previdenciário – responsável pelas futuras aposentadorias – registrou resultado negativo de R\$ 464,3 milhões.

“O cenário fiscal de médio e longo prazos (...) mostra-se temerário”, apontou o relator. Segundo ele, apesar do balanço orçamentário ter apresentado supe-

ravit de R\$ 151,5 milhões, as despesas correntes – que envolvem ao custeio dos serviços públicos – consumiu 91,7% do total dos recursos. E se as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foram atendidas, por outro lado mostraram-se “inadequadas”. A fixação de metas de resultado primário e nominal negativo (R\$ 4,3 bilhões e R\$ 2,5 bilhões, respectivamente) comprometem o equilíbrio fiscal e projetam aumento do endividamento do Estado, segundo Artagão.

Deficiências – Em relação à saúde, o governo ultrapassou o mínimo exigido pela Constituição Federal, destinando 12,17% da receita corrente líquida para o setor. O relator ressaltou, porém, que “há gastos que não atendem ao princípio da universalidade, o que reduziria o

índice para 11,36%”.

O conselheiro também criticou os problemas do novo Sistema Integrado de Finanças Públicas (Siaf), implantado em 2018, que vem apresentando falhas. “Não é possível aferir a execução orçamentária e financeira do Plano Estadual de Saúde, pois os sistemas de controle não estão integrados ao Siaf”, explicou Mattos Leão.

Educação – Para a educação, o governo destinou 33,65% da receita líquida, ou R\$ 10,5 bilhões. O relatório, porém, aponta falhas de gestão, como a falta de ferramentas para aferir o resultado de ações planejadas no Plano Plurianual e na Lei de Orçamento.

Obras – A contenção de gastos reduziu drasticamente a capacidade de investimento do Estado em 2018, segundo o TCE. De uma previsão orçamentária de R\$ 2,23 bilhões para aplicação em obras de infraestrutura e instalações, apenas R\$ 230,47 milhões – pouco mais de 10% – foram liquidados até o final do exercício. Na segurança pública, também houve retração. Se em 2017 foram direcionados à pasta R\$ 3,8 bilhões, no ano passado o volume de recursos se limitou a R\$ 3,71 bilhões – uma redução de 2%.

BEMPARANÁ 07 NOV 2019

Paraná bate recorde de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza

Síntese de Indicadores Sociais mostra que, em 2018, 306 mil paranaenses viviam com o equivalente a R\$ 145 mensais

Rodolfo Luis Kowalski

Que tal ter de passar um mês inteiro com apenas R\$ 145 para pagar as contas, se alimentar, pagar a condução, ter alguns momentos de lazer... Viver, em suma. Difícil até de imaginar, não? Mas no Paraná, o número de pessoas nessa situação só fez crescer nos últimos anos e bateu recorde em 2018, conforme dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados, que constam no estudo Síntese de Indicadores Sociais (SIS), mostram que no ano passado haviam 306 mil pessoas no estado vivendo abaixo da linha de extrema pobreza – rendimento domiciliar per capita inferior a R\$ 145 mensais ou US\$ 1,90 PPC (Paridade de Poder de Compra).

Para se ter noção do que esse número representa, apenas seis dos 399 municípios do estado possuem mais de 300 mil habitantes. São eles: São José dos Pinhais (232.340), Cascavel (328.454), Ponta Grossa (351.736), Maringá (423.666), Londrina (569.733) e Curitiba (1.933.105).

Desde 2013, inclusive, o contingente de pessoas vivendo em condição de extrema pobreza no estado cresceu 87,3% - eram 163.310 e passou para 305.949. Nesse mesmo período, o percentual de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza saltou de 1,5% para 2,7% no último ano, batendo recorde (tanto em termos percentuais como em números absolutos) da série histórica do IBGE, iniciada em 2012.

Por outro lado, o número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza (renda per capita inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, o equivalente a R\$ 420 mensais) registrou retração em 2018, passando dos 14,2% registrados em 2017 e 2016 para 13,7%. É a primeira redução no índice desde 2014, quando 11,2% da população paranaense vivia nessa condição. Esses dados revelam ainda que, desde o início da crise econômica no país, o número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza cresceu em 32.936, passando de 1.229.472 pessoas para 1.552.408. Ainda assim, o resultado do último ano é melhor do que o verificado em 2017 (1.597.023) e em 2012 (1.566.214).

CONTINUA

07 NOV 2019

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

PESQUISA

Porcentual de paranaenses abaixo da linha de pobreza
(Rendimento domiciliar per capita inferior a R\$ 420 mensais)

2018	13,7%
2017	14,2%
2016	14,2%
2015	12,9%
2014	11,2%
2013	13,3%
2012	14,5%

Porcentual de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza
(Rendimento domiciliar per capita inferior a R\$ 145 mensais)

2018	2,7%
2017	2,5%
2016	2,0%
2015	1,8%
2014	1,6%
2013	1,5%
2012	2,0%

Número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza
(Rendimento domiciliar per capita inferior a R\$ 420 mensais)

2018	1.552.408
2017	1.597.023
2016	1.584.653
2015	1.428.467
2014	1.229.472
2013	1.448.016
2012	1.566.214

Número de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza
(Rendimento domiciliar per capita inferior a R\$ 145 mensais)

2018	305.949
2017	281.166
2016	223.191
2015	199.321
2014	175.639
2013	163.310
2012	216.030

Geração 'nem-nem' bate recorde no estado

No Paraná, 17,7% dos jovens (15 a 29 anos) não estudam e nem trabalham, o equivalente a 446.649 pessoas. O percentual é recorde para o período analisado pelo IBGE (2016-2018), sendo que o problema afeta principalmente aque-

les com idade entre 18 e 24 anos (20,6% das pessoas nessa faixa etária não estudam e nem trabalham) e é menor nas faixas entre 25 e 29 anos (18,6%) e na faixa dos 15 aos 17 anos (8,7%).

Outro dado que chama a atenção é

que 40,5% da população paranaense com 25 anos ou mais de idade não tinham instrução ou sequer concluíram o ensino fundamental. Já o percentual de paranaenses com ensino superior completo é bem menor: 17,9%.